

**AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS: NOTAS PARA UMA
METODOLOGIA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP**

2007

Geraldo Di Giovanni

**CADERNO DE
PESQUISA
Nº 79**



UNICAMP

HISTÓRIA E TEORIA

A constituição do campo estudos das políticas públicas

- localização na história: pós-guerra e o papel das ciências sociais no conflito
- políticas públicas e culturas políticas

Os estudos de políticas públicas no Brasil:

1. Um estilo intelectual dominante ns Ciências Sociais: qual a determinação?

2. O contexto sócio-político

- campo pouco fértil para formas políticas participativas: regime militar, e a idéia *gramsciana* de domínio.
- anos 80: democracia, participação, hipervalorização

EM BUSCA DE UM CONCEITO

Tentativa de construção de:

1. Um tipo histórico, ou seja, pensar as políticas públicas como uma modalidade (forma) histórica de exercício do poder nas sociedades democráticas contemporâneas.
2. Um tipo conceitual que possa abranger e compreender o maior conjunto possível de aspectos constituinte do fenômeno política pública.

TENTATIVA DE FAZER UM MOVIMENTO CONSTANTE ENTRE TEORIA E HISTÓRIA.

SOBRE O CONCEITO

O conceito minimalista será usado como a primeira ferramenta para a construção progressiva do conceito mais amplo.

A construção do tipo conceitual é sempre evolutiva, na medida em que a formulação teórica é cotejada com a história.

UM CONCEITO MINIMALISTA

Políticas públicas são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas.

Nesse conceito há pelo menos três componentes carregados de significados:

- *intervenções planejadas*
- *poder público*
- *situações sociais problemáticas*

PRESSUPOSTOS

No que diz respeito à intervenções planejadas, pressupõe-se uma capacidade mínima de planificação instalada dos órgãos de Estado, seja do ponto de vista técnico de gestão, seja do ponto de vista político.

No que diz respeito ao poder público, pressupõe-se uma certa estruturação republicana da ordem política vigente: coexistência e independência de poderes e vigência de direitos de cidadania.

No que diz respeito a situações problemáticas, pressupõe-se uma certa capacidade coletiva de formulação de agendas públicas: exercício da cidadania e cultura política compatível.

O QUE É CIDADANIA

1. O substrato econômico, político e social do conceito de cidadania.
2. A cidadania tem história.
3. O advento das políticas públicas, como forma contemporânea de exercício do poder político nas sociedades democráticas, reflete os avanços da cidadania e das formas políticas legítimas de organização dos cidadãos.
4. O que é cidadania?

DIREITOS DA CIDADANIA

CIDADANIA	COMPONENTE	OBJETO	DIREITOS	INSTITUIÇÕES	NATUREZA
	CIVIL SÉC. XVIII	LIBERDADE INDIVIDUAL	<ul style="list-style-type: none"> • IR E VIR • EXPRESSÃO • PENSAMENTO E FÉ • PROPRIEDADE • CONTRATAÇÃO • JUSTIÇA 	<ul style="list-style-type: none"> • TRIBUNAIS • CÓDIGOS 	+ INDIVIDUAL
	POLÍTICO SÉC. XIX	LIBERDADE POLÍTICA	PARTICIPAR DO PODER POLÍTICO <ul style="list-style-type: none"> • DIRETAMENTE (sendo votado) • INDIRETAMENTE (votando) 	ESTADO <ul style="list-style-type: none"> • PARLAMENTO • GOVERNO • PARTIDOS E SINDICATOS 	(±)
	SOCIAL SÉC. XX	PROTEÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • DIREITO A UM MÍNIMO DE BEM-ESTAR E SEGURANÇA ECONÔMICOS • PARTICIPAÇÃO NA HERANÇA CULTURAL 	<ul style="list-style-type: none"> • EDUCAÇÃO • PREVIDÊNCIA • SAÚDE • ASSISTÊNCIA SOCIAL • HABITAÇÃO • DIREITOS ESPECIAIS 	+ COLETIVA

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO CAMPO DE ESTUDOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Uma produção muito extensa e variada (teoria, método e empiria).
2. Forte interferência das culturas políticas e dos estilos intelectuais dominantes nos diferentes países.
3. Forte interferência de fatores culturais mais amplos.

A DIFÍCIL QUESTÃO LINGÜÍSTICA E CULTURAL (NÃO ESQUECENDO QUE OS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS TEM SUA ORIGEM NOS PAÍSES ANGLO-SAXÕES):

- Politics X policy.
- Dois termos em inglês para designar duas realidades muito diferentes.
- Politics, está ligado à competição eleitoral, disputas de poder.
- Policy (policies), refere-se a estratégias de ação, "linhas de conduta", modo de encaminhar certas questões.

Nas línguas latinas (português, espanhol, italiano) e no alemão não há duas formas correspondentes.

Nestas línguas, há apenas um vocábulo ara designar as duas realidades.

Há também uma questão cultural: para os norte-americanos e ingleses trata-se, efetivamente, de duas realidades muito distintas.

- Exemplos - traduções italianas (1970) de livros clássicos:
- **Poder e Sociedade**, de H.Lasswell
- **O Sistema Político**, de D.Eaton
- *Public Policies* aparece como linha de conduta, linha de ação, linha política
- **Dicionário de Política**, de Norberto Bobbio, de 1983, não tem o verbete

HÁ TAMBÉM DIFERENÇAS DE CONOTAÇÃO:

- Lasswell: livrar os estudos da conotação de militância e corrupção contida no termo politics
- Para Alessandro Pizzorno, os termos eram tratados como Política Absoluta e Política Relativa, ou seja, algo menor.
- Para os anglo-saxões, o termo policy tem portanto uma concepção que muito se aproxima de algo racional, hígido, algo próximo de administração. Isso expressa o pragmatismo da cultura norte-americana. Não se trata apenas de uma distinção vocabular, pois, tem conseqüências teóricas importantes.

PONTOS IMPORTANTES

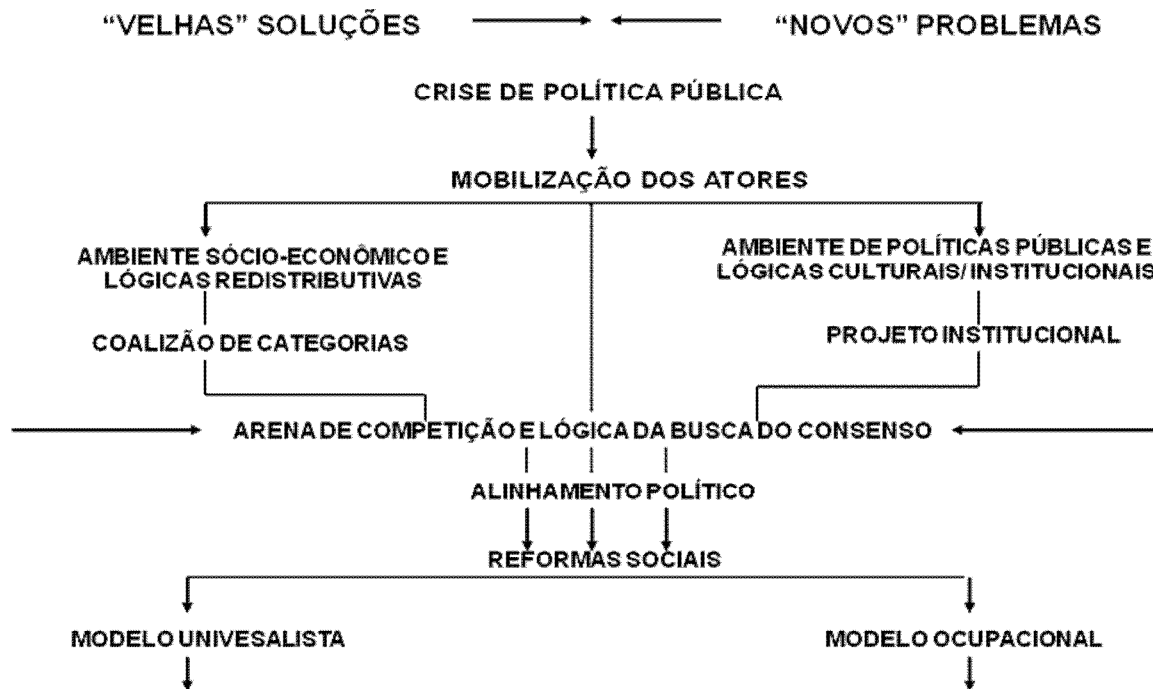
1. O que se entende por políticas públicas, como se define seu campo de estudos.
2. A importância e a ênfase dada a cada um desses pontos DEPENDE DOS FATORES CITADOS ANTERIORMENTE.

OS ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM POUCO DE HISTÓRIA

- Surgimento dos estudos nos Estados Unidos nos anos 50 (importância do pós-guerra para as C. Sociais norte-americanas).
- Presença avassaladora das políticas públicas no cenário das sociedades contemporâneas. A que se deve isso?

A PRESENÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA VIDA DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

- Quatro fatores marcantes:
 1. Um fator de natureza macroeconômica: a adoção da políticas keynesianas em quase todo o mundo, decorrendo da constatação, após duas guerras, que o livre jogo das forças de mercado não tinha levado à paz, à prosperidade e ao bem estar. Crescimento da presença dos Estados Nacionais democráticos na vida coletiva (bens, serviços, regulação)
 2. Um fator de natureza geopolítica: no pós guerra deu-se uma forte polarização entre os mundos socialista e capitalista. Particularmente as sociedades capitalistas européias, viveram tal polarização de modo dramático. Necessidade de estabelecer novos pactos na relação capital/trabalho. Surgimento do Welfare State, face social do keynesianismo.
 3. Constituição (embora irregular e frágil) das modernas democracias em quase todo o mundo e uma mudança na própria concepção social de Estado Democrático
 - representação igualitária de classes e categorias, bem como de seus interesses nos processos decisórios (concepção clássica)
 - capacidade de resposta (responsiveness) face às demandas sociais
 - ampliação da formas de participação social e política
 4. A “revolução das expectativas”, cf. Daniel Bell, mudança na cultural ocidental, que para além do campo político introduz idéia do binômio direito/demanda, como algo típico do século XX (Hobsbawm)
 - Duas histórias: Inglaterra, 1908/Florença, 1993
 - Cidadania: o direito como jus



Fonte: M. Ferrera, Op.Cit., Pág. 181

POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRUTURAS ELEMENTARES

1. As políticas públicas podem ser examinadas de vários ângulos e cada um deles representa um “olhar” diferente que capta um aspecto determinado da realidade e, certamente, com algum objetivo específico.
2. para efeito deste curso selecionamos alguns “olhares” e cada um deles chamaremos de estrutura elementar, ou seja, dentro de uma perspectiva de análise, a estrutura é composta por elementos mínimos que formariam o todo. É claro que outras estruturas poderiam ser imaginadas nesta acepção

UMA ESTRUTURA FORMAL

1. Antes da discussão da estrutura formal, são necessárias algumas definições e diferenciações. Há uma diferença entre políticas, programas e projetos, mas, segundo nossa perspectiva de análise eles tem a mesma estrutura elementar
2. Quais os componentes da estrutura formal de uma política, programa ou projeto?
 - uma “teoria”

- um conjunto de práticas
- metas
- objetivos
- uma população-alvo

DEFINIÇÕES

- A estrutura formal como o próprio nome diz, revela a forma da política, programa ou projeto e evidencia alguns de seus conteúdos. A identificação da forma tem a vantagem de fornecer um roteiro estruturado para os processos de avaliação (vejamos)

UMA ESTRUTURA SUBSTANTIVA

1. QUEM SÃO OS ATORES?

São todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação e/ou implementação de uma política. Por exemplo, nas políticas de saúde: pacientes (organizados ou não), médicos, enfermeiros, para-médicos, políticos, especialistas, imprensa, indústrias, sindicatos, empresas de seguro, agências reguladoras, representantes do governo, burocracias públicas, etc.

2. QUAIS SÃO OS INTERESSES?

São os objetivos práticos (implícitos ou explícitos) de cada um dos atores. Por exemplo: os objetivos dos pacientes são obter uma qualidade maior no atendimento; dos industriais, são a obtenção de lucros; dos sindicatos, garantir direitos de seus representados; etc.

3. Interesses e legitimidade

3. QUAIS SÃO AS REGRAS?

São leis, normas, convenções formais ou consuetudinárias, padrões morais e éticos, costumes, linguagens, práticas cristalizadas, que criam pautas de comportamento para cada um e para o conjunto dos atores. Por exemplo, utilização de meios pacíficos para reivindicações; utilização de meios legais para licitação para o fornecimento de remédios; filas de transplante.

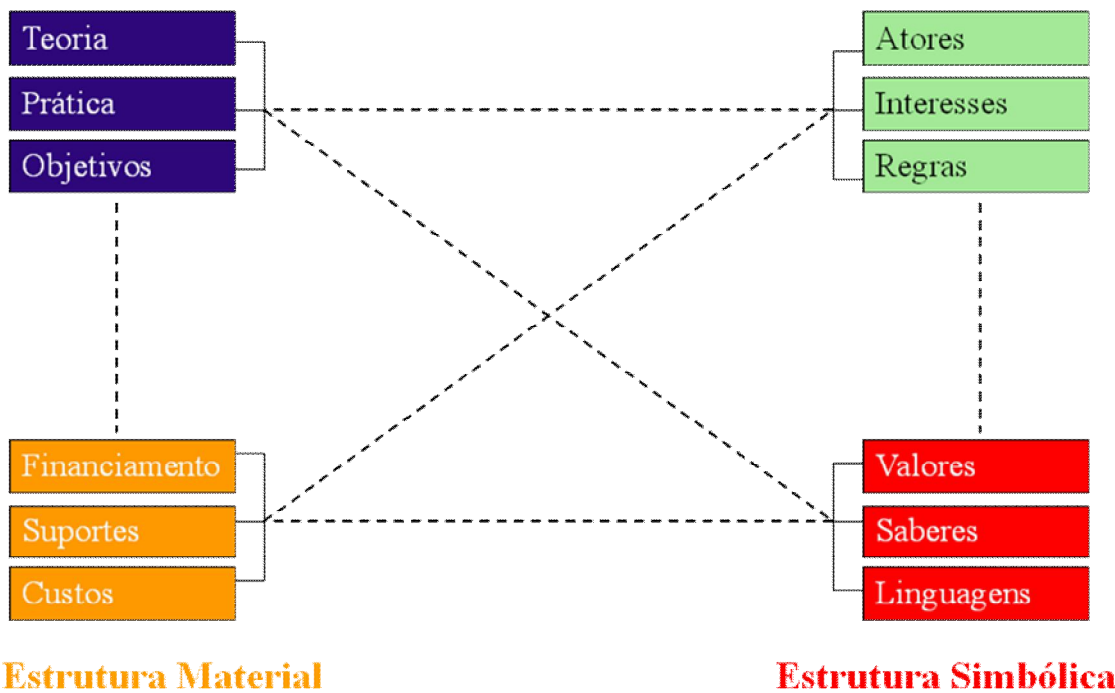
Ainda sobre os atores

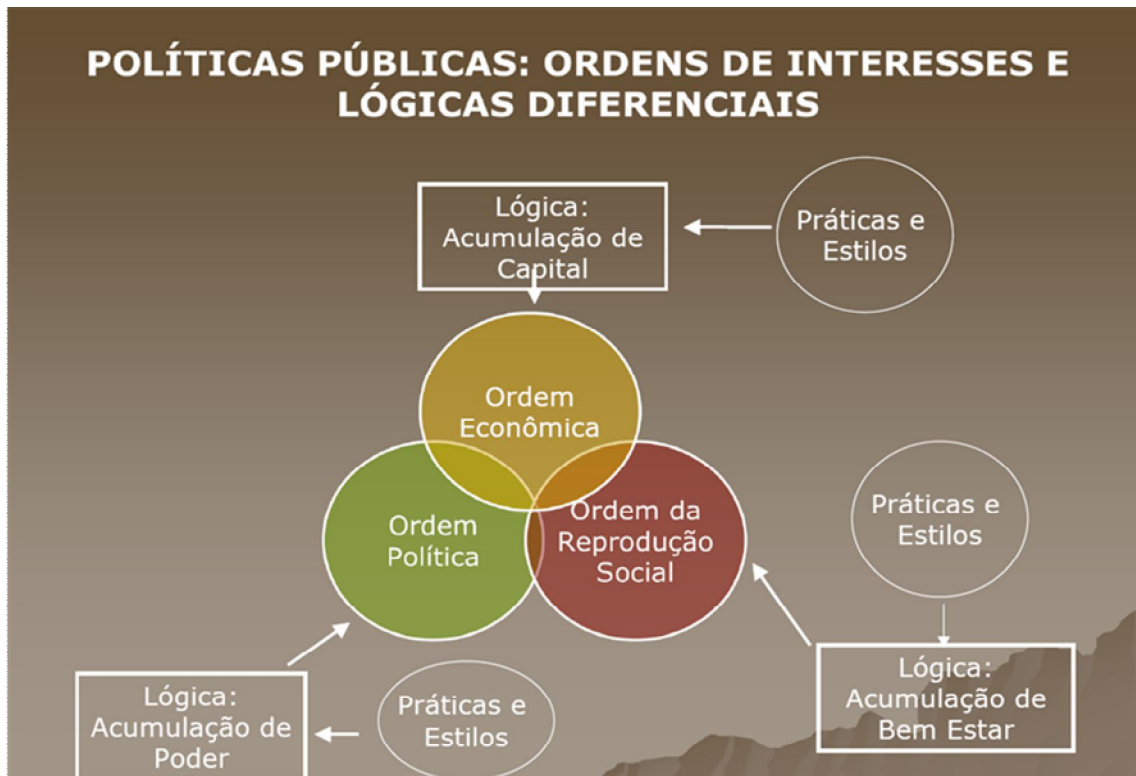
- portadores de interesses políticos (agentes políticos e tecnoburocráticos)
- portadores de interesses econômicos (empresariais/corporativos/ individualizados)
- portadores de carências

- estatais / não estatais
 - Diferentes formas e recursos para ação
 - Profissionalismo / voluntariado / militância (policy patizans) / free riders
- graus de organização
 - Capacidade de lobbies
 - Vínculos institucionais (mais ou menos formais) com o estado, partidos,sindicatos, organizações confessionais, movimentos sociais,ONGs.

Estrutura Formal

Estrutura Substantiva





UMA ESTRUTURA MATERIAL

- A estrutura material é formada pelos elementos que garantem a sustentação material da política, programa ou projeto.
- Assim, podemos dizer que tais elementos básicos são:
 - A- Financiamento
 - B- Custos
 - C- Suportes

B- Quanto aos Custos

- Estrutura de custos
- Custos comparados
- A questão dos orçamentos como constrangimento e/ou como estímulo.

C- Suportes (políticas de suporte)

A análise dos suportes pressupõe olhar além das fronteiras de uma política, relacionando-a com políticas e programas correlatas que lhe garantam a implementação

Por exemplo:

- Política Educacional x Programa do livro didático
- Política de saúde x Política de assistência farmacêutica

A- Quanto ao Financiamento

Trata-se dos recursos financeiros que devem ser analisados a partir de:

1. de sua origem interna

1.1 privado

1.1.1 privado lucrativo

1.1.1 privado não lucrativo

1.2 público

1.2.1 por entes governamentais

2. na sua origem externa

2.1 organizações públicas multilaterais privadas

2.2 civis (ONGs, fundações, partidos, etc.)

2.3 confessionais (igrejas e organizações religiosas)

- Pressupõe um determinado grau de coordenação e coerência no campo da política
- Forte vínculo da estrutura material com a política econômica no caso das macro políticas

O CICLO DE VIDA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

1. Surgimento de uma situação social problemática que pode ser resolvida com intervenção pública
2. Ingresso da questão na agenda decisória³⁷
3. Formulação de propostas
4. Adoção de escolhas vinculantes
5. Implementação
6. Avaliação de resultados
7. Eventual extinção da política empreendida ou rotinização

1. Crise de política pública: velha solução x novo problema
2. O conceito de agenda pública
3. Visões lineares da implementação

- a visão clássica (senso comum) do policy cycle
 - retroalimentação e monitoramento: ainda a perspectiva ingênua
4. Implementação como processo político: relativamente autônomo e negociado

TIPOLOGIA (Lowi, 1972)

- Políticas distributivas, referem-se a decisões alocativas, sem contrapartidas fiscais
 - Políticas redistributivas, são aquelas que de várias formas (transferências, isenções, etc.) redistribuem recursos de qualquer natureza, entre grupos sociais
 - Políticas regulatórias, que disciplinam aspectos das atividades sociais
 - Políticas constitucionais, que estabelecem procedimentos para a adoção de decisões públicas e relações entre os vários aparatos do Estado
- Cada tipo de política pressupõe:
 - uma arena de poder diferente
 - uma rede diferente de atores
 - uma diferente estrutura decisional
 - um contexto institucional diferente
 - uma cultura específica

PRINCÍPIOS NORMATIVOS

1. Legitimidade
 - atributo do Estado: existência de consenso na população que – por si – assegure adesão e obediência, sem coerção
2. Justiça
 - razoabilidade diante dos padrões sociais e culturais vigentes
3. Governabilidade
 - Capacidade ou estoque de recursos legais ou políticos (por vezes inclui coerção) que permitam governar
4. Governança (Democrática)
 - Capacidade ou estoque de recursos (legais/políticos/culturais/gestão) que permitam, com legitimidade, justiça e participação e controle sociais, a obtenção de resultados efetivos nas intervenções governamentais

DIMENSÕES DA GOVERNANÇA	CRITÉRIOS
QUALIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO	<p>existência de população alvo definida; existência de cadastro sobre população alvo; existência de benefício definido; definição de cobertura da população alvo definida; definição da população coberta com benefício recebido em pontos do tempo (metas)</p> <p>existência de critérios de elegibilidade da população alvo; grau de transparência da sua utilização (baixa, média, alta)</p> <p>escala de focalização na população alvo (baixa, média, alta)</p> <p>existência de mecanismos de articulação das instâncias governamentais envolvidas;</p>
VOZ E RESPONSABILIZAÇÃO	<p>existência de mecanismo de controle externo do programa;</p> <p>existência de estudos de avaliação de qualidade com população alvo;</p> <p>existência de auditoria do programa;</p> <p>existência de ouvidoria ou mecanismo assemelhado vinculada ao programa ou à instância implementadora;</p> <p>mecanismos de responsabilização dos gestores;</p> <p>mecanismos de participação social no programa</p>
QUALIDADE REGULATÓRIA	<p>existência de mecanismo de monitoramento e avaliação;</p> <p>existência de informações públicas sobre o programa;</p> <p>existência da estrutura de custos;</p> <p>existência do perfil padronizado de despesas.</p>
REGRAS LEGAIS	<p>existência de vinculação a fontes de financiamento no orçamento público do país;</p> <p>existência de regularidade dos fluxos financeiros do programa;</p> <p>existência de fundamentos legais ou normativos que sustentam a intervenção;</p> <p>escala de adequação dos fundamentos legais ou normativos;</p> <p>escala de regularidade do fluxos financeiros do programa</p>
SUSTENTABILIDADE	<p>tempo de existência do programa;</p> <p>qualificação da burocracia que implementa; qualificação do pessoal técnico envolvido;</p> <p>existência de incentivos profissionais e financeiros para a obtenção de resultados; existência de comunidade técnica associada à implementação do programa.</p>

CONTROLE SOCIAL

Dois atributos:

1. Voz: expressão de demandas e preferências
2. Poder de interferência na gestão (empoderamento) e controle das gestões no cumprimento das decisões.

Tipos de foruns:

1. gestão e fiscalização (conselhos setoriais)
2. decisões alocatórias (OP/ conferências)
3. demand driven (decisão total)

“DILEMAS E DECISÕES RELATIVOS AO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”

1 e 2. Relativos ao surgimento da questão e ingresso da questão na agenda decisória

3 e 4. Relativos à formulação da proposta e adoção de escolhas vinculantes”

Cobertura	Marginal	Ocupacional	Universal	Focalizada
Destinatários Principais	Pobres	Trabalhadores	Cidadãos (Residentes ?)	Vulneráveis
Desenho Institucional	Localismo	Ocupacionalismo	Universalismo	Segmentação Setorial
Fragmentação Institucional	Alta	Alta	Baixa (ausente)	Alta
Gama de Prestações	Limitada	Média	Extensa	“Ad Hoc”
Estrutura de Prestações	Ad Hoc	Contributiva / Retributiva	Cidadania / (Residência ?)	“Ad Hoc”
Generosidade das prestações	Baixa	Variável	Alta	Baixa
Crítérios de Elegibilidade	Prova de Meios	Participação Securitária	Cidadania / Residência	Cidadania e/ou prova de Meios
Financiamento (*)	Fiscal	Contributivo	Fiscal	Fiscal Contributivo 3º Setor
Papel do 3º Setor	Alto	Baixo	Baixo	Alto Estratégico

DIFERENÇAS

- O que é uma política?
- É a definição e execução de um conjunto de ações referidas a uma situação social “problemática” com o intuito de transformá-la, num determinado período de tempo
- Por exemplo: erradicar o trabalho infantil na década de 90
- O que é um programa?
- O programa é um desenho de atividades que, em teoria, produzem uma mudança esperada na situação social, num determinado marco temporal, tendo em vista uma população alvo
- Por exemplo: PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Fique claro que, em relação a uma política, o programa tem um grau maior de objetivação, concreção e focalização. Nele são definidas população alvo, equipes técnicas, recursos financeiros, etc.
- O que é um projeto?
- É um conjunto de atividades planejadas e ações específicas, para a modificação esperada de uma situação social delimitada dentro de um problemática social mais ampla, num determinado marco espacial e temporal
- Por exemplo: erradicação do trabalho infantil na indústria calçadista, no Município XXX, no período 1991/1992

UMA ESTRUTURA SUBSTANTIVA

- - PROCESSOS DECISIONAIS
 - Racionalismo x incrementalismo
 - Racional problem solving x Ajustamento mútuo (partizan mutual adjustment)
 - Teoria da lata de lixo (garbage can)

A INSTITUCIONALIDADE DAS POLÍTICAS: O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

- Para efeito da análise da institucionalidade das políticas sugere-se a adoção de quatro dimensões: sócio-política, cultural, gerencial e técnica.
- Tais dimensões são analisadas a partir da escolha de algumas características estratégicas que, embora não sendo exaustivas, representam um guia para melhor compreensão das intervenções.

- Do ponto de vista prático essas características podem ser visíveis, ou não, nas políticas analisadas. O importante, entretanto, é que sua presença servirá de indicativo na avaliação das condições determinantes para a elaboração de implementação de cada política em particular.

DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA

- Traduz o enraizamento social da política, programa ou projeto. Pode ser avaliada a partir do exame:
 - dos fundamentos legais e normativos que sustentam a intervenção e da capacidade de *enforcement* existente;
 - das formas de articulação e cooperação entre esferas e instâncias de governo envolvidas (*governabilidade*);
 - e das modalidades de incorporação das perspectivas e interesses dos atores sociais no processo decisório (*governança democrática*)

DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA: HIPÓTESE CENTRAL

“Intervenções que possuam apoio legal e normativo consolidado, governabilidade na viabilização de suas prioridades e bases sociais de apoio político, revelam maior propensão ao êxito no alcance de seus objetivos”.

DIMENSÃO CULTURAL

- Traduz a existência de uma identidade pública da intervenção e revela seu grau de legitimidade social. Pode ser avaliada através da:
 - Aceitação social identificada através da presença/ausência de constestação pública, principalmente dos formadores de opinião e comunidades técnicas;
 - Identificação dos graus de partilhamento de objetivos com o público-alvo;
 - Existência de redes especializadas de *stakeholders*;
 - Graus elevados de consenso no interior das comunidades técnicas.

DIMENSÃO CULTURAL: HIPÓTESE CENTRAL

“Intervenções que revelem *forte aceitação social*, *empowerment do público-alvo*, *redes especializadas consistentes*, *alto grau de consenso sobre objetivos e formato da intervenção* possuem maior propensão ao êxito no alcance de seus objetivos”.

DIMENSÃO GERENCIAL

- Traduz a qualidade dos mecanismos operacionais e das plataformas organizacionais mobilizados para a implantação da política, programa ou projeto. Pode ser avaliada através:
 - da adequação das normas e fontes de financiamento aos objetivos da intervenção;
 - da racionalidade e regularidade dos fluxos financeiros;
 - da qualificação do pessoal técnico envolvido;
 - dos incentivos existentes – ético/confessional, profissionais e financeiros - para a obtenção de resultados;
 - Do grau de *accountability* dos gestores;
 - Das formas de organização da intervenção;
 - Da estrutura de custos;
 - Do padrão de gastos.

DIMENSÃO GERENCIAL: HIPÓTESE CENTRAL

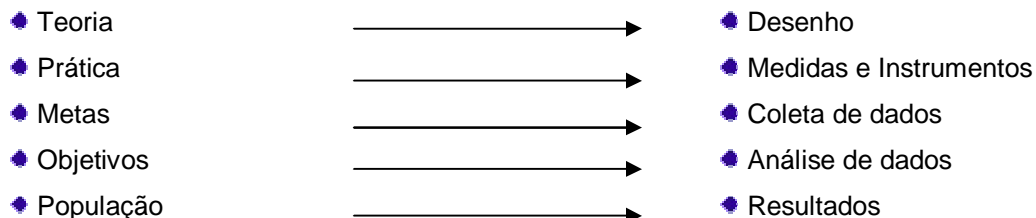
- Intervenções ancoradas em formas de financiamento e gestão adequadas aos objetivos da intervenção e pautadas por princípios consistentes de correção administrativa e prestação de contas revelam maior propensão ao êxito na obtenção de resultados sustentáveis.

DIMENSÃO TÉCNICA

Traduz a capacidade de atuação e qualificação dos gestores, do ponto de vista dos recursos técnicos de que são portadores, seja do ponto de vista de sua experiência, dos recursos e soluções disponíveis (caixa de ferramentas), bem como da capacidade de aplicação tecnológica e científica

DIMENSÃO TÉCNICA: HIPÓTESE CENTRAL

Políticas que possuem um adequado enquadramento técnico, adequada qualificação de recursos humanos, revelam maior propensão ao êxito

ESTRUTURA FORMAL/ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO**CONCEITOS**

- Teoria é um conjunto de crenças que fundamentam as definições e as ações no interior do programa (se...então, assertivas)
- Práticas são as ações concretas adotadas para implementar um programa (se)
- Metas são as assertivas relativas àquilo que o programa deve alcançar(então)
- Objetivos são uma prescrição de resultados mensuráveis e esperados
- População alvo é um grupo social definido para o qual se espera alguma mudança prevista na teoria, anunciada nas metas e medida pelos objetivos.

ESTRUTURA FORMAL E AVALIAÇÃO

- Para que serve a avaliação?
- COMPARAR
- CONTINUAR
- REVISAR
- EXPANDIR
- ENCERRAR

O CONTEXTO SOCIO-POLÍTICO DA POLÍTICA E DE SUA AVALIAÇÃO

- Sempre haverá uma pluralidade de pessoas e grupos interessados nos processos de avaliação de projetos/ programas/ políticas
- São os atores/ agentes /stakeholders com origens e interesses muito variados (administradores, patrocinadores,gestores, burocracias, ONGs, policies communities, policies networks, policy partizans, partidos políticos, etc.
- Os objetivos de cada um destes grupos ou pessoas não são necessariamente os mesmos e, eventualmente, pode ser conflitantes

- Tais diferenças de objetivos sempre são marcados por perspectivas pessoais, profissionais e políticas
- As políticas, programas e projetos não são isolados ou autônomos. De uma forma ou de outra sempre tem algum vínculo com algumas visões de mundo vigentes na sociedade. Por exemplo: liberais, social democratas, conservadores, estatísticas, autonomistas, entre outras

EXEMPLOS

- Teoria: “mães bem informadas cuidam melhor de seus filhos”
- Práticas: treinamento de mães em cuidados de higiene, fundamentos biológicos e agendas de vacinação e nutrição infantil
- Meta: melhoria das condições de saúde infantil na faixa de 1 a 5 anos, no bairro XXXX
- Objetivos: treinamento de 80% das maes do bairro no período de um ano
- Público alvo:mães solteiras do bairro na faixa de 15 a 21 anos de idade

DESENHANDO A AVALIAÇÃO

- Desenho da avaliação: plano de atividades ou métodos que guiam o processo de avaliação / tarefas, cronograma,tipos de medidas, entre outros.
- Definição dos instrumentos de coletas de dados: qualitativos (através de percepções), quantitativos (através de aferimentos e medidas)
- Coleta de dados: processo, sempre numa linha de tempo, em que as diferentes informações são coletadas (noção de data points, pré teste, pós teste, etc.)
- Tratamento/ Análise de dados
- Comparação, por proximidade/ afastamento, com metas e objetivos
- A questão dos resultados inesperados

UMA ESTRUTURA SUBSTANTIVA

- 1. Outra possibilidade de entender uma política pública é através de sua estrutura substantiva, aqui entendida como o conjunto dos elementos sociais que compõem um política:
 - atores (agentes, stakeholders)
 - interesses
 - regras

EXERCÍCIO

- Grupos de 5 ou 6 estudantes
- Eleger uma política, programa ou projeto do estado brasileiro em qualquer nível federado
- Reconstruir sua estrutura formal: sua teoria, suas práticas, objetivos e metas
 - Obs.- a política escolhida será também analisada nos outros exercícios do curso

UMA ESTRUTURA SUBSTANTIVA

- Tipologia (entre muitas possíveis)
 - políticas distributivas
 - políticas redistributivas
 - políticas regulatórias
 - políticas constitucionais
- Outros conceitos: estilos decisoriais
 - policy community
 - policy network
 - Triângulo de ferro

Análise Institucional das Políticas

- Para efeito da análise institucional das políticas sugere-se a adoção de três dimensões: sócio-política, cultural e gerencial;
- Tais dimensões são analisadas a partir da escolha de algumas características estratégicas que, embora não sendo exaustivas, representam um guia para melhor compreensão das intervenções.
- Do ponto de vista prático essas características podem ser visíveis, ou não, nas políticas analisadas. O importante, entretanto, é que sua presença servirá de indicativo na avaliação das condições determinantes para a elaboração de implementação de cada política em particular.
- No presente curso, como se trata de um público vinculado ao ambiente de política pública do Estado, levantaremos hipóteses, na análise institucional, que contemplam, teoricamente, condições de êxito das políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA

NEGRI, Barjas; VIANA, Ana L. d'Ávila. O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio. São Paulo: SOBRAVIME: CEALAG, 2002.

OWEN, J. M., Program Evaluation – Formas and Approaches. Sydney: Allen & Unwin, 1993.

PANEBIANCO, Angelo (Org.). L'analyse della Politica: tradizioni di ricerca, modelli, teorie. Bologna: Il Mulino, 1989.

PIERRE, Jon; PETERS, B. Guy. Governance, politics and the state. New York: ST. Martin's Press, 2000.

POWER, Timothy J.; GONZÁLEZ, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n.21, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a05n21.pdf>. Acesso em 05 out. 2005.

REGONINI, Gloria. Capire le Politiche Pubbliche. Bologna: Il Mulino, 2001. Cap. 2.

_____. Lo studio delle politiche pubbliche, In: PANEBIANCO, Angelo (Org.). L'analyse della Politica: tradizioni di ricerca, modelli, teorie. Bologna: Il Mulino, 1989.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. São Paulo Persp. São Paulo, v. 18, n.2, abr/jun. 2004. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a04v18n2.pdf>>. Acesso em 05 out. 2005.

SHELDON, E. B.; FREEMAN, H. E., Notes on Social Indicators. In: WEISS, Carol H. Evaluation methods for studying programs and policies. 2.ed. New Jersey: Prentice Hall: Upper saddle River, 1998

THÉRET, Bruno. As Instituições entre as estruturas e as ações. Lua Nova, São Paulo, n.58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452003000100011&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 25/07/2005.

WEISS, Carol H. Evaluation methods for studying programs and policies. 2.ed. New Jersey: Prentice Hall: Upper saddle River, 1998

DI GIOVANNI, Geraldo.; SOUZA, Aparecida Neri de. Criança na Escola? Programa de Formação Integral da Criança. Educ. Soc. Campinas, SP., v.20, n.67, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000200004&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 04/07/2005.

FARIA, Carlos A P. de. Idéias, conhecimentos e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Rev. Bras. Ci. Soc. São Paulo, v.18, n.51, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100004&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 12/07/2005.

KINGDON, John W. Agendas, Alternativas, and Public Policies. 2.ed. New York: Longman, 1995.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHIR, Renata Mirandola. Clivagens Ideológicas e Empresas Privadas nos Investimentos Públicos Urbanos – São Paulo 1978-1988. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v.17, n.50, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300005&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 11/07/2005.

_____. Estado e Empreiteiras na Comunidade de Políticas Urbanas no Rio de Janeiro. Dados, Rio de Janeiro, v.42,n.2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000200005&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em 25/07/2005.

_____. Redes Sociais e Instituições na Construção do Estado e da sua Permeabilidade. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v.14, n.41, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300004&lng=pt&nrm=isso. Acesso em 17/05/2005.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude, Le Politique Pubbliche. Bologna: Il Mulino, 1991.

ABRUCIO, Fernando Luiz. A Coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fACOORDENACAOFEDERATIVANOBRASIL.pdf>>. Acesso em : 05 out. 2005

BABBIE, E., Métodos e Pesquisas de Survey. Belo Horizonte: UFMG, 2001

BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco Mundial. Rev. Bras. Ci. Soc., São Paulo, v.18, n.52, jun. 2003. <Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18069.pdf>>. Acesso em 05 out. 2005

CARTIF (VV.AA.). Evaluación de I Impacto Social de Proyectos de I+D+I. Valladolid: Universidad de Valladolid,2003

COTTA,M., Il contributo dei policy studies alla scienza politica contemporanea. In: PANEBIANCO, Angelo (Org.). L'analyse della Politica: tradizioni di rebecca, modelli, teorie. Bologna: Il Mulino, 1989.

COMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN. Outils, Pratiques, Institutions por Evaluer les Politiques Publiques. Paris: La Documentation Francaise: Plan,1991.

DI GIOVANNI,Geraldo. Sistemas de Proteção Social.In: OLIVEIRA, M.A (Org.). Políticas de emprego e Reforma do Estado. Campinas, SP.: IE-UNICAMP,1999.

KINGDON, John W. Agendas, Alternativas, and Public Policies. 2.ed. New York: Longman,1995

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude, Le Politique Pubbliche. Bologna: Il Mulino, 1991.

MIKA, Kristine. Program outcome evaluation: a step by step handbook. Milwaukee, Wisconsin: Families International, 1996

NEGRI, Barjas; VIANA, Ana L. d'Ávila. O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio. São Paulo: SOBRAVIME: CEALAG,2002



UNICAMP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

NEPP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Av. Albert Einstein, 1300

Campinas - SP - Brasil

CEP. 13083-852

TEL: (019) 3521-2495 / 3521-2496

FAX: (019) 3521-2140

Caixa Postal - 6166

E-mail: nucleo@nepp.unicamp.br

Homepage: www.nepp.unicamp.br